

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 14 de Junho de 2021



Nesta edição:

- **CNI participa de audiência pública sobre autocontrole das atividades de defesa agropecuária.**

## ***CNI participa de audiência pública sobre autocontrole das atividades de defesa agropecuária.***

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou audiência pública sobre o PL 1293 de 2021 que trata do autocontrole nas atividades agropecuárias e agroindustriais. A audiência contou com a participação de representantes da Abrafrigo; Abiec; CNI, Abpa; Anffa; Abrass; Anda; do SindiRações; Ibrac e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Cassio Braga, Vice-Presidente do Centro Industrial Empresarial de Minas Gerais, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou que a medida pode impactar de maneira diferente os diferentes elos das cadeias produtivas.

Também enfatizou o aumento desproporcional e dissociado de qualquer parâmetro dos valores das multas proposto pelo projeto e o risco de o projeto incorrer em uma abordagem arrecadatória que irá prejudicar, em especial as pequenas e médias indústrias.

Segundo o expositor, as multas podem significar uma parcela muito ampla do faturamento de empresas de menor porte. Ele defende que sejam atendidos os princípios básicos da Lei de Liberdade Econômica e da liberdade fiscalização, com ênfase no caráter educativo das ações e com respeito à atuação subsidiária e complementar do Estado.

Braga defendeu, dentre outros pontos, a inclusão do setor primário na responsabilização por contaminações causadas por sua atuação, a não retroatividade da norma e dos processos em curso e a composição tripartite da comissão recursal. Segundo ele, o setor agropecuário foi muito afetado pelo ativismo fiscal dos últimos anos e isto precisa ser revisto para favorecer a regularização das empresas e melhoria do ambiente regulatório. A CNI subsidiará, segundo ele, a comissão com sugestões de textos voltados para o atendimento às demandas citadas acima.

O Secretário de Defesa Agropecuária, José Guilherme Leal, comentou a abrangência do Projeto de Lei, apontando que são ao todo 18 setores regulados pela defesa agropecuária e mais de 50 segmentos abrangidos pela matéria. O sistema de incentivos, em sua visão, é sumamente importante para que os setores submetidos à norma possuam ambiente favorável para cumprir com a legislação, que passa a tornar obrigatória a implementação de programa de autocontrole, baseado na disponibilização de registros auditáveis, com recolhimentos voluntários de Lotes e desenvolvimento de procedimentos de autocorreção pelas próprias empresas.

A proposta irá conferir, segundo Leal, liberdade para que a iniciativa privada atue com autonomia, assumindo, em troca, maiores responsabilidades. Para ele, a possibilidade de regularização por notificação pelos órgãos competentes, no caso de infrações, favorecerá a rápida regularização pelas empresas de suas situações sanitárias, retirando a necessidade de atuação punitiva na maioria dos casos.

A formação da base do sistema digital de autocontrole já foi iniciada, segundo o Secretário, a fim de agilizar processos, reduzir custos e viabilizar a implementação do programa de autocontrole e a concessão de incentivos às empresas aderentes.

O Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP-RS) afirmou que a matéria vai ao encontro das propostas de redução do peso estatal sobre a economia e redução da burocracia.

Segundo o Presidente da Abpa, Ricardo Santin, o autocontrole é vital para que a produção de proteína animal nacional possa continuar sendo competitiva internacionalmente, tendo em vista que este setor já aplica o autocontrole necessário para ser seguro para o consumo humano em todas as nações com as quais o Brasil comercializa proteína animal.

Santin defendeu que os incentivos devem expressos no texto e que é necessária a participação da iniciativa privada na Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, à qual compete o julgamento do processo administrativo em terceira e última instâncias.

Janus Pablo Fonseca de Macedo, Presidente do Anffa Sindical apresentou o ponto de vista dos auditores em relação ao projeto, que veem com preocupação mecanismos com a regularização por notificação, que não deve ser aplicada em todos os casos.

Paulo Mustefaga, Presidente da Abrafrigo, manifestou preocupação de que os mecanismos de autocontrole sejam aplicados sem levar em consideração o porte e a escala de produção dos empreendimentos. Também foi enfático ao afirmar que os benefícios associados ao programa de incentivo não devem gerar condições desiguais de concorrência e de prestação e atendimento favorecido por parte dos órgãos públicos às empresas participantes.

Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Abiec manifestou apoio à proposição que irá ampliar a inserção do país no mercado externo, além de ampliar o valor agregado dos produtos agropecuários brasileiros.

O Diretor Executivo do Ibrac, Carlos Lima salientou o impacto positivo do autocontrole sobre a produção de cachaça nacional, que segundo ele, limitará as práticas desleais no setor de bebidas e ampliará a segurança dos produtos,

Ricardo Tortorella, Diretor Executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) apontou que seu setor enxerga a medida como muito importante para a modernização de processos. Ele propôs que sejam realizadas alterações para calibrar as propostas do projeto para seu setor, além de apontar que as multas também são uma preocupação da Anda.

O Vice-Presidente Executivo do SindRações, Ariovaldo Zani afirmou que sua associação encaminhou proposta de alteração ao projeto, a fim de assegurar a facilitação, seguindo todas as normas, do desembaraço aduaneiro de aditivos alimentares que são atualmente importados, e que são utilizados na suplementação da alimentação de animais utilizados pela indústria da carne.

Por fim, a Deputada Federal Aline Sleutjes (PSL-PR) apontou que a audiência dará suporte a produção de uma proposta que atenda às necessidades da indústria nacional. Segundo a parlamentar, as propostas dos expositores foram anotadas e farão parte do esforço para aperfeiçoamento do projeto.

**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:  
<https://www5.legisdata.cni.org.br>

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.